

PROBLEMA TIZANDO O NOVO CURRÍCULO MÍNIMO DE ENFERMAGEM: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

*Maria Helena Salgado Bagnato**

*Mara Regina Lemes De Sordi***

*Maria Inês Monteiro Cocco****

Resumo O objetivo deste artigo é o de identificar algumas pro-posições para a discussão do processo de reformulação do currículo dos cursos de graduação em Enfermagem, que foi implantado como currículo pleno em 1996. As autoras entendem que uma mudança no currículo é mais ampla que a simples alteração dos nomes ou do número de horas das disciplinas. Alguns questionamentos são feitos em relação: (1) à visão de mundo, de homem e sociedade dos profissionais, dos professores, dos alunos e da população; (2) ao mercado de trabalho; às políticas de saúde, buscando romper com uma forma já estabelecida de ser e fazer Enfermagem. A seguir, é analisada a importância de a Licenciatura em Enfermagem estar integrada às disciplinas do Bacharelado. Palavras-chaves: Educação em Enfermagem; Graduação em Enfermagem; Currículo Mínimo de Enfermagem; Licenciatura em Enfermagem.

Abstract The purpose of this paper is to identify some assumptions for the discussion of the curriculum reform in the undergraduate course in Nursing which began to be implemented in 1996. The authors understand that change in curriculum is more complex than simple changes in the names or the number of hours of the disciplines. Some questions are raised in relation to: (1) the world's, man's and society's vision of the professionals, of teachers, students, and people; (2) the health policies, trying to break with an already established form of being and doing Nursing. Next, the relevance of integrating the Licence Course in Nursing with the Bachelor Degree in Nursing is analyzed.

Descriptors: Nursing Education; Nursing Course; Nursing Licenciature; Undergraduate Course in Nursing.

As escolas de Enfermagem de todo país estão se deparando com a tarefa de implantar o novo currículo mínimo de Enfermagem aprovado pela portaria MEC nº 1.724/94.

O prazo de um ano foi o período estipulado para que se façam as adaptações necessárias, o que significa que em 1996, os cursos de graduação começaram implementar seus currículos plenos referenciando-se neste novo dispositivo legal.

Este trabalho não tem a pretensão de produzir receitas, busca simplesmente desvelar e articular aspectos que permeiam este processo de reformulação, envolvendo os educadores de Enfermagem e os enfermeiros na reflexão sobre as reais

exigências de transformação da prática cotidiana que precisam ser incorporadas, simultaneamente, ao processo de debate do currículo novo.

Reconhecemos que uma grade curricular pode facilitar ou não o desenvolvimento ou alteração de determinados pressupostos na formação de um profissional. Entretanto, entendemos que

* Profª. da Faculdade de Educação da UNICAMP e Coordenadora do Laboratório de Práticas de Educação e Saúde (PRAESA)

** Profª. Titular da Faculdade de Enfermagem da PUCAMP e Membro do Laboratório PRAESA

*** Profª. do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas - UNICAMP e Membro do Laboratório PRAESA

mais do que a grade, são as concepções de homem-mundo-Enfermagem do grupo hegemônico de cada instituição que influenciarão as características do profissional a ser formado.

Não são poucos os investimentos que as escolas têm feito para redimensionar o ensino, em busca da decantada qualidade de formação em Enfermagem.

O que se impõe é a necessidade de uma melhor definição do que seja a qualidade para cada uma delas. É necessário tornar claro qual o projeto político que norteia a organização do seu trabalho pedagógico (De Sordi, 1994).

Generalizou-se um pouco a defesa da idéia de formação de um profissional competente, tanto no plano técnico quanto social e nos preocupa que tais aspirações possam ser assumidas como bandeiras, palavras de ordem reproduzidas sem que a elas se dê a devida atenção, buscando identificar o seu real significado histórico.

É nesse contexto que vamos implementar uma mudança do currículo de Enfermagem. E uma vez mais, temos a chance ímpar de responder, decididamente, a serviço de quem queremos colocar nossa prática. É também aí, neste contexto, que devemos clarear que tipo de qualidade pretendemos alcançar e que estratégias precisaremos utilizar para pôr em movimento nossas convicções político-ideológicas.

Os desafios da mudança

Não há como desconsiderar os conflitos que nos guardam frente às mudanças econômicas e políticas que acontecem no mundo e no Brasil, anunciando o projeto neoliberal.

Concordamos com Frigotto (1995, p. 85) quando escreve:

... a educação e mais amplamente a formação humana enquanto práticas constituídas pelas relações sociais não avançam de forma arbitrária, mas necessária e orgânica com o conjunto das práticas sociais fundamentais.

Vemos que o mercado de trabalho busca um novo perfil de profissional e a pergunta que se coloca é: está a Escola pronta para ocupar este novo espaço? Porém, ocupá-lo de forma consciente, capaz de entender as reais determinações e interpretar com cuidado o novo discurso de qualidade que a todos parece interessar de forma homogênea (Demo, 1994).

Historicamente temos, de forma consciente ou não, contribuído para a inserção no mercado de trabalho de um sem-número de egressos, que tem se mostrado pouco instrumentalizados para usar politicamente sua competência técnica. Continuam sendo rapidamente engolidos pelo sistema, perdendo-se os seus ideais de transformação numa constatação de impotência frente ao mercado.

Poucos conseguem marcar posições, organizar resistências e denunciar na ação concreta, não no mero proselitismo, o desmantelamento do sistema de saúde, as dificuldades no avanço do S.U.S. (Sistema Único de Saúde), a falta de perspectiva da população brasileira em relação a uma distribuição de renda mais justa.

No entanto, paradoxalmente, os discursos críticos povoam as escolas. Ainda que saibamos que convivem, harmonicamente, dois projetos políticos na escola, estes estão escamoteados por discursos semelhantes, por práticas pedagógicas idênticas ...

Cabe indagar se é possível ensinar concepções de saúde, de homem, de mundo, de educação díspares de forma tão igual para que o profissional enfermeiro,

que desejamos, possa ter uma inserção politicamente qualificada no mercado. É importante e necessário que ele aprenda na escola o exercício da crítica, da contestação responsável, que ele seja cidadão na escola, para ser e atuar como cidadão na profissão e na sociedade.

Hoje, temos uma tarefa importante. Vamos processar uma alteração no currículo mínimo, arduamente conquistado pela ação legítima e coletiva da categoria em prol de um ensino de Enfermagem mais condizente com os desafios do atual momento histórico.

Curiosamente, deparam-se os professores e administradores com dúvidas concretas. Como aplicar na prática, as mudanças, teoricamente idealizadas?

Interrogam-se, mutuamente, tentando achar a receita certa para atender ao disposto legalmente.

Uma questão essencial, no entanto, parece não povoar o cotidiano dos professores. Bastará trocar o nome das disciplinas e rebatizá-las com outro nome mais abrangente para que se obtenha melhor resultado político? Estará o problema na forma ou no conteúdo?

Defendemos que uma mudança curricular é muito mais do que uma mera reorganização da grade ou disciplinas. Exige muito mais do que a incorporação de um novo discurso. Implica rupturas com um determinado modo de trabalho, com um jeito de ser e fazer Enfermagem até então consolidado. Expõe nossos equívocos e abala nossas certezas.

Inquietam-nos, portanto, algumas questões:

- estaremos nós, professores de Enfermagem, preparados técnica e politicamente para aceitar os desafios

embutidos nos pressupostos teóricos do novo currículo?

- este currículo formará um profissional comprometido com a saúde da maioria da população brasileira?

- quão influente deve ser o mercado de trabalho imediato nesta formação?

- como adequar o currículo às novas exigências e possibilidades de trabalho para o próximo século, considerando os problemas de saúde da população?

- o currículo explícito e o currículo oculto: como lidar com eles?

- como mudar as percepções/visões de mundo, sociedade, homem, saúde, professor, aluno e população?

- quais as influências das políticas de saúde na formação dos profissionais?

- qual o projeto pedagógico explícito e implícito no novo currículo pleno a ser implementado em cada escola?

- que interesses sociais e ideológicos ele atenderá ou esconderá?

- conseguiremos romper com nossa prática corporativista que nos tem dificultado sair de nosso gueto, nosso território, nossa zona de poder, onde, segura e unilateralmente, definimos os conteúdos significativos para a nossa disciplina, sem remetê-los necessariamente ao projeto global de formação?

- como resistir ao desejo de "mudar" sem correr muitos riscos de sair do já vivido e portanto conhecido? Numa sociedade tão

pragmática, ávida por resultados rápidos, valerá a pena ousar romper com a proteção já cristalizada e que tem servido para formar enfermeiros ao longo dos tempos?

- será necessário, realmente, revolucionar ou poderemos nos contentar em apenas dar sinais evidentes de avanço, produzindo documentos com as novas diretrizes, debatendo entre nossos pares a necessidade das mudanças, legitimando-nos ao defender posições progressistas e politicamente comprometidas, porém, mantendo e perpetuando um modus operandi já dominado?

Em nosso entendimento, o maior ponto de estrangulamento da nova proposta, dar-se-á em sua implementação no cotidiano.

Defendemos que não há possibilidades de ruptura com a lógica atual de formação, se não se romper, radicalmente, com a lógica atual da organização do nosso trabalho, em sala de aula e em campo de estágio.

Pressupostos necessários para a efetivação da mudança

Alguns pressupostos que consideramos importantes para pensar o novo currículo do curso de Enfermagem, são abaixo listados:

- presença de um projeto pedagógico do curso articulado a um projeto histórico-social;

- o ensino e a pesquisa devem ser vistos como fontes de reelaboração do conhecimento;

- o tratamento do conhecimento científico deve se dar sob uma perspectiva histórica;

- a análise crítica da aplicação do conhecimento de Enfermagem na sociedade (como os conhecimentos que os alunos estão adquirindo são utilizados no mercado de trabalho e pela população);

- desenvolver o conhecimento da área nas dimensões humana, técnica e político-social.

Para isto há que superar:

- a ênfase no verbalismo em sala de aula;

- o congelamento da realidade do conhecimento;

- o formalismo: a adaptação às estruturas, a ênfase nas formas;

- o detalhismo e a compartimentalização do conhecimento.

Precisamos exercitar muito mais a dúvida, a crítica, como possibilidades de romper ou abandonar a repetição do que vem sendo feito, com a produção e formação dos conhecimentos nos cursos de Enfermagem.

O que se exige é o repensar das estratégias a serem usadas para romper com o isolamento das disciplinas, o caráter fragmentado das abordagens, a ênfase dicotômica de apresentar a profissão e de executar seu ensino.

Só que não basta discursar sobre mudança. É necessário uma verdadeira imersão nesta busca de transformação do cotidiano do ensino em Enfermagem.

Cremos que para tal remanesce a prévia necessidade de definirmos, coletivamente, qual o projeto educacional que estamos ajudando a construir.

É hora de se tomar claramente uma posição neste sentido, sem o que a implantação do novo currículo mínimo, pouco resultado prático representará, a não ser uma nova normatização de horas a mais a serem cumpridas, e que serão interpretadas ao sabor das conveniências, das pressões e interesses dos grupos de docentes de cada instituição. E o que é pior, feita de uma forma dissimulada, posto que "rebatizadas" com novas nomenclaturas e ementários, muitas vezes meros documentos escritos que não causam impacto na alteração da "cara" do cotidiano.

As práticas pedagógicas que compõem as atividades curriculares desempenham um papel importante na preservação e criação de desigualdades, na produção e reprodução de conhecimentos, na formação de um aluno crítico ou alienado.

Tem implicações a atenção que damos às escolhas dos campos de estágios (voltados para que tipo de prática?), nossa concepção de avaliação (como a utilizamos, quando e para quê: memorização, reprodução ou para produção, reflexão e emancipação).

Ao pensarmos no novo currículo de Enfermagem, temos que necessariamente ter presentes o mercado de trabalho, o perfil do profissional e as necessidades de saúde da população para a próxima década, onde possivelmente se configurarão novos campos de trabalho, abrindo perspectivas para o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar.

Assim sendo, deverão ser repensadas as formas de implementação de estágios, onde a escolha destes deverá estar vinculada à realidade, numa economia globalizada, face à implementação de novas tecnologias, de possíveis mudanças na divisão social do

trabalho, bem como, às necessidades de saúde de cada região.

Acreditamos que os alunos no campo de estágio não deverão estar permanentemente "tutelados" pelo professor, mas que surjam possibilidades que propiciem maior autonomia, semelhante ao que já ocorre em outras profissões.

Outra vidente de análise a ser considerada refere-se à prática educativa, essencial na formação do enfermeiro, considerando-se que o perfil do profissional para o próximo século é do profissional que, além de concluir um curso universitário, deverá ter o domínio de outras línguas, conhecimentos de informática, que saiba trabalhar em grupo interdisciplinar, que domine o fazer e o coordenar, e que possa criar o novo.

Nesta perspectiva, a Enfermagem possibilitará a atuação de um modo novo em diferentes campos do conhecimento e as Escolas precisam estar conscientes disso, propiciando condições para a formação de um aluno crítico, que compreenda que o conhecimento fundamental que terá como ferramenta para o seu trabalho cotidiano, não deverá estar limitado à área de saúde, mas que é necessário articulá-lo com as outras áreas.

Consideramos essencial a possibilidade de interlocução com outras áreas do conhecimento, como a educação, as ciências sociais dentre outras, propiciando condições para o questionamento de visões já cristalizadas da profissão, e também como um enfrentamento da opção pela neutralidade, que tem ocorrido com frequência em nossa realidade cotidiana.

A condução de nossas aulas revela uma metodologia voltada para mostrar um conhecimento cristalizado ou procura avançar no sentido de levar o aluno a se

desinstalar, a buscar, a entender o conhecimento como algo que vai se construindo e se modificando ao longo da história?

Em que momentos estamos relacionando (professores-alunos) os conhecimentos desenvolvidos nas diversas áreas que compõem o currículo para além delas?

Estamos valorizando a observação sistemática e as experiências vivenciadas pelos alunos estabelecendo relações da teoria com a prática?

Estas são algumas questões, que a nosso ver, devem perpassar a formação dos profissionais de Enfermagem.

A questão da Licenciatura em Enfermagem

Nesta nova proposta curricular para o ensino de Enfermagem a opção pela inclusão das disciplinas pedagógicas que compõem a Licenciatura ficará por conta das escolas de Enfermagem. Assim sendo, uma das primeiras questões a ser formulada é qual o compromisso e o significado da Licenciatura na formação de professores que irão atuar no ensino profissionalizante de Enfermagem, qualificando outros profissionais necessários ao serviço de saúde?

O interesse imediato da Licenciatura em Enfermagem é a formação de professores para o ensino médio de Enfermagem, ou, num contexto de maior abrangência, contribui também para que o aluno tenha presente a perspectiva educativa em sua formação profissional, fazendo uso dela no ensino ou no exercício da prática educativa no seu cotidiano, seja ela realizada em unidades básicas de saúde, hospitais, indústrias ou em outros campos de trabalho em que o enfermeiro atue.

Consideramos importante a concepção de um curso de Licenciatura integrado às disciplinas do Bacharelado em Enfermagem, possibilitando assim o desenvolvimento de trabalhos conjuntos dos professores das disciplinas pedagógicas com os professores de disciplinas específicas, assumindo um trabalho numa perspectiva interdisciplinar, voltado para o enfrentamento das práticas educativas em saúde nos serviços e do ensino profissionalizante, imbuído de um projeto educacional que contemple as necessidades específicas da área e as sociais.

Com estes propósitos, a Licenciatura em Enfermagem pode colaborar com as transformações dos sujeitos que vêm nela possibilidades de avançar nas discussões de uma prática de Enfermagem, quer a nível assistencial, quer a nível de pesquisa, extensão e ensino, comprometida com o social, buscando saídas, atendendo as reais necessidades da população (Bagnato, 1994, p.2).

A título de conclusão

Como se depreende, o momento está a exigir grande esforço teórico e filosófico dos educadores em Enfermagem, grande disposição pessoal e coletiva para suportar e superar as contradições que, certamente, aflorarão derivadas da tentativa de engendrar novos paradigmas de saúde e de educação.

No limiar do novo século, ao pensarmos um novo currículo de Enfermagem, temos que conviver com as marcas do passado que impregnam nossa ação cotidiana, mas igualmente, descobrir e valorizar que estamos grávidos de possibilidades concretas de intervir, politicamente, no futuro necessário à

profissão de Enfermagem, dentro do cenário do Sistema Único de Saúde.

No entanto lembramos que, para que tais possibilidades se concretizem, impõe-se que cada escola explicita o projeto pedagógico que norteará as decisões de cunho acadêmico-administrativo que serão tomadas no bojo da reformulação curricular que estamos processando.

Seria bom que este projeto expressasse os desejos do conjunto de docentes da escola, porém não há como negar a afirmação de Silva e Moreira (1994, p. 29):

o currículo enquanto definição oficial daquilo que conta como conhecimento válido e importante, expressa os interesses dos grupos e classes colocados em vantagem, em relação de poder.

Assim, como vemos, o processo de gestação de um novo Projeto Pedagógico que favoreça o surgimento de um profissional enfermeiro com perfil diferenciado, não vai se dar sem conflitos, sem luta, sem transgressões.

Que cada docente, cada escola saibam fazer suas opções, nortear-se pelo desejo genuíno de construir uma Enfermagem capaz de contribuir para uma sociedade

menos perversa e que possa inserir-se, com competência, nesta nova ordem mundial..

Referências Bibliográficas

- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE (1992). Documento Final.. Encontro Nacional, 6. Belo Horizonte, s/no
- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE (1994). Documento Final.. Encontro Nacional, 7. Niterói, s/no
- Bagnato, M. H. S. (1994). Licenciatura em enfermagem: para quê? Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. (Tese de Doutorado).
- Demo, P. (1994). Crise dos paradigmas da educação superior. *Educação Brasileira*, 16(32), 15-48.
- De Sordi, M. R. L. (1994). Os efeitos da avaliação institucional sobre o ensino de graduação. *Anais. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras*, 7. Fortaleza.
- Frigotto, G. (1995). Educação e formação humana: Ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: P. A. A. e Silva, T. T. da (orgs.) *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes.
- Moreira, A. F. B. (1990). Currículos e Programas no Brasil.. Campinas: Papyrus.
- Silva, T. T. e Moreira, A. F. B. (1994). Sociologia e teoria crítica do currículo: Uma introdução. In: Silva, *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez.